

# Empresários afirmam que novo choque será um erro

ROBERTO CUSTÓDIO  
Da Sucursal

**São Paulo** — O empresariado paulista já detectou sinais de que a área política do Governo está sendo tentada a convencer o presidente Sarney a patrocinar um novo choque na economia, tendo em vista a eleição municipal de novembro. Na avaliação dos empresários, o choque ocorreria em setembro, com a inflação em torno dos 20 por cento mensais, e quando os salários estivessem sendo corrigidos num patamar mensal próximo desse índice.

As informações que chegam aos empresários, segundo se apurou, dão conta de uma disputa de poder entre os ministros da área econômica do Governo, apoiados pelo ministro Ronaldo Costa Couto, da Casa Civil, contrários a medidas heterodoxas e dispostos a prosseguir no rumo atual da economia, e os ministros Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, e Aureliano Chaves, das Minas e Energia, que não aceitam as medidas de controle do déficit via redução drástica em seus orçamentos. Esses dois ministros não estariam, inclusive dispostos a aceitar cortes de pessoal em seus ministérios, nem a adotar remédios amargos, especialmente em época próxima de eleições.

“Há uma fumacinha no ar, e quando há fumaça...”, afirma o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas, Luis Carlos Delben Leite, ao tentar explicar como determinadas informações sobre um novo congelamento chegam ao conhecimento de seu setor. “Seria até natural que a área política do governo pensasse desse jeito, porque as intenções de

curto prazo sempre são maiores do que o desejo de resolver os problemas do País”, acrescenta o diretor do departamento de economia da Fiesp, Walter Saccà, confirmado que a direção da entidade vem recolhendo indicações e sinais de um eventual choque.

“Aplicar choque agora é uma medida populista e nada mais. Além de não resolver os problemas brasileiros, ainda acrescentaria mais alguns”, observa o presidente da Federação do Comércio, Abram Szajman, defendendo uma postura diferente dos ministros da chamada área política do Governo. “O meu medo é que o Governo espere a economia ficar totalmente indexada ou a indexe com um único índice, e aí seria apenas o Governo dizer que a OTN seria zero. Aí, haveria o choque”, concluiu o diretor do departamento de estatística da Fiesp, Carlos Eduardo Uchoa Fagundes.

Segundo o presidente da Abifa, Associação Brasileira da Indústria da Fundição, fazer um choque significa esconder a sujeira debaixo de um tapete. “Quando se levanta o tapete, mais tarde, a sujeira toma conta de novo e em grau maior”, disse. O presidente do Sindipeças, Pedro Eberardt, é mais enfático. “Seria a desmoralização do ministro da Fazenda, que passou todo esse tempo dizendo que não ia fazer isso”.

Para evitar o que consideram um “suicídio”, que seria a aplicação de um choque na economia, os empresários têm a mesma receita. O Governo deve adotar de vez uma política de redução drástica do déficit, que inspire confiança no empresariado para a discussão de um entendimento nacional com tra-

lhadores. O assunto, que voltou a ser debatido ontem durante reunião plenária de industriais, na Fiesp, acabou em consenso: qualquer pacto deve ser precedido da ação governamental.

“Eu disse para o presidente da Fiesp que fazer um pacto à portuguesa, como está sendo discutido, só poderá se concretizar com a ação do Governo”, afirma o presidente da Abifa, Paulo Butori, destacando que a ação dos empresários é tentar um acordo com os trabalhadores. Segundo ele, a notícia de que os trabalhadores estão dispostos a negociar através de um fórum informal sindical serve como indicador de que “existem mais pontos em comum do que conflitantes em nosso relacionamento”. Para Butori, só uma ação nesse nível desestimulará o Governo a pensar em choque econômico.

Também o presidente da Federação do Comércio de São Paulo se mostra interessado em defender um entendimento nacional, explicando que acompanhará o presidente da Fiesp, Mário Amato, num encontro com os ministros da área econômica para discutir o pacto social, depois que o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, voltar de sua viagem ao exterior.

Para Szajman, deve ser reforçada a situação do ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, “o acordo da dívida está sendo encaminhado, há uma política de combate ao déficit. São essas coisas que precisam de apoio para que a situação da economia se resolva com medidas econômicas e não com ilusões que depois se mostram pesadelos”, afirma.